



1 **Ata da 3ª Reunião Ordinária do Comitê do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (CBHBPSI)**  
2 no ano de 2018, realizada no dia **25 de setembro de 2018 (terça-feira)**, às 14h, no **Clube da**  
3 **Terceira Idade**, situada na Rua Sebastião Zaqueu, 76 – Bairro Catarino, na cidade de  
4 Cardoso Moreira - RJ. A Reunião teve início às 15h30 com a seguinte **Ordem do dia**: 1 -  
5 **Abertura**; 2 – **Aprovação da ATA da 2ª Reunião Ordinária de 2018**; 3 - **Resolução que**  
6 **dispõe sobre a criação do Grupo de Acompanhamento ao Contrato de Gestão CG INEA nº**  
7 **01/2010 – GACG**”; 4 – **Resolução CBH BPSI – Reajuste do Preço Público Unitário (PPU)**; 5 –  
8 **Apresentação da AGEVAP**; 6 – **Apresentação dos resultados do Congresso Estadual de**  
9 **Prevenção dos Efeitos da Estiagem – Norte e Noroeste/RJ**; 7 – **Informes**; 8 –  
10 **Encerramento**. **Item 1 – Abertura**: Às 15h30 João Gomes (UENF), Diretor Presidente,  
11 convidou a Juliana Fernandes para integrar a mesa junto com a Diretoria do Comitê e pediu  
12 passou a palavra a ela. Juliana Fernandes (Diretora da AGEVAP) se apresentou, explicou sua  
13 atuação e passou a palavra para Tatiana Ferraz (Gerente a AGEVAP) realizar a apresentação  
14 sobre as alterações relacionadas aos recursos destinados aos Comitês, conforme  
15 antecipação da pauta solicitada pelo João e aprovada pelos demais. **Item 5 – Apresentação**  
16 **da AGEVAP**: Tatiana apresentou a lei federal aprovada recentemente, cujas alterações  
17 comprometeram de forma significativa o orçamento dos Comitês. Em seguida a Mirian  
18 Viana (Estagiária AGEVAP UD4) apresentou trabalhos da Sala de Monitoramento do  
19 CBHBPSI. Fez a contextualização do Projeto da Sala e explicou quais trabalhos são  
20 desenvolvidos, as parcerias e as apresentações em Congressos. Luiz Mário (FIRJAN) pediu  
21 um exemplo de resultado que pode ser produzido, como a identificação das causas da  
22 salinização de alguns corpos hídricos. Mirian explicou que a questão da salinidade está  
23 sendo analisada, mas ainda sem resultados conclusivos. Alan Vargas (INEA) disse que  
24 algumas hipóteses estão sendo avaliadas, relacionadas aos canais Quintiguta, São Bento e  
25 ao aumento da salinidade. Vicente Oliveira (IFF) sugeriu focar em ações otimizadas de  
26 monitoramento, que poderão subsidiar decisões sobre vazão mínima e possível diminuição  
27 da cunha salina e seus efeitos. Deu como exemplo de possíveis ações, em função da  
28 escassez de recursos financeiros, a realização de parcerias para ações de monitoramento.  
29 Lembrou do projeto do município de Niterói, utilizando aplicativo de celular, que é um  
30 exemplo de monitoramento. João Gomes (UENF) explicou que a ideia de falar da Sala de  
31 Monitoramento na reunião de hoje se deu também com o objetivo de prestar contas. Falou  
32 que estão sendo produzidos mapas no ambiente Gis, que são únicos, pois detalham a RH  
33 IX. João falou que está se debruçando sobre o orçamento do Comitê, de forma a otimizar os  
34 investimentos. Juliana falou que, de acordo com a decisão da Diretoria, a AGEVAP está  
35 atuando para desenvolver ações pela Sala de Monitoramento. Vanuza Mota (CEDAE)  
36 perguntou sobre as propostas de alterações contratuais, assim como edição de Resoluções  
37 e os prazos para tais ações. João explicou que os prazos estabelecidos são respeitados e  
38 disse que muitas vezes as decisões são tomadas de forma rápida, mas sem desrespeitar as  
39 normas legais. Falou que os atos do Comitê obedecem a diversas regras e são  
40 acompanhadas por diversos outros órgãos. **Item 2 – Aprovação da ATA da 2ª Reunião**  
41 **Ordinária de 2018**: Em seguida foi aprovada a ATA da 2ª Reunião Ordinária do CBH BPSI de  
42 2018. **Item 3 - Resolução que dispõe sobre a criação do Grupo de Acompanhamento ao**  
43 **Contrato de Gestão CG INEA nº 01/2010 – GACG**: foi aprovada e encaminhada a sugestão  
44 de inserir a exigência de realização de, ao menos, duas reuniões por ano para discutir o  
45 assunto. **Item 4 – Resolução CBH BPSI – Reajuste do Preço Público Unitário (PPU)**: João  
46 pediu para Juliana explicar as discussões sobre os valores da cobrança que estão sendo  
47 capitaneadas pela AGEVAP, com vistas a Sustentabilidade dos Comitês. Thaís Nacif (AGEVAP



48 UD4) fez a leitura da Minuta da Resolução para reajuste do PPU. João explicou a  
49 necessidade de aprovação dessa resolução, tendo em vista a diminuição dos recursos  
50 destinados aos Comitês. Disse que o reajuste pretende manter a estrutura mínima de sua  
51 delegatária e tornar possível a execução de outras ações na Bacia. Relatou que outros  
52 Comitês também estão propondo reajustes no valor do PPU. Luiz Mário manifestou o voto  
53 contrário da FIRJAN, dizendo que há outras ações a serem tomadas, como a derrubada da  
54 exigência de aplicação dos 70% em saneamento. Falou que a maioria dos recursos  
55 arrecadados em nossa região são destinados a Agência Nacional de Águas (ANA), que  
56 repassa ao CEIVAP, pois as respectivas tomadas d'águas acontecem na calha de Rio federal.  
57 Recomendou aguardar a votação da Lei Estadual que versa sobre os 70% saneamento.  
58 Vanuza manifestou o voto contrário da CEDAE, justificando que, na prática, os 70% do  
59 saneamento acabam não sendo executados. João falou que alguns projetos foram  
60 aprovados e só não foram executados devido ao arresto nas contas do Estado do Rio de  
61 Janeiro. Disse que o reajuste proposto é somente para reequilibrar as contas do Comitê,  
62 não tendo o objetivo de aumentar arrecadação. Juarez Noé (Cardoso Moreira) perguntou a  
63 Juliana o motivo de os recursos para saneamento não serem liberados. Juliana explicou que  
64 hoje não há recursos para saneamento na conta do Comitê do Baixo, pois os que estavam  
65 disponíveis foram arrestados e ainda não retornaram. Disse que o CEIVAP disponibilizou  
66 recursos para essa finalidade, mas enfrentou diversos problemas quanto ao cumprimento  
67 de prazos pelos municípios. Falou que, quando isso acontece, esse volume de recurso  
68 retorna à conta geral. Disse que alguns municípios se mobilizaram para retomar os projetos  
69 e que a partir daí o CEIVAP decidiu considerar os municípios que já haviam sido  
70 contemplados. Sobre o reajuste do Preço Público Unitário (PPU) a Juliana explicou que, em  
71 2016 foram feitas contas para verificar o percentual ideal para correção no período 2004-  
72 2016. Na época, o percentual identificado foi de 125%, mas os Comitês decidiram reajustar  
73 em 100%. Disse que tem o objetivo de subsidiar as decisões e mostrou que o valor de  
74 reajuste proposto hoje, de 25%, está de acordo com a análise feita naquele período. João  
75 complementou dizendo que o valor da água no Brasil é ínfimo e nenhum estudo tem o  
76 poder de demonstrar o contrário. Destacou que é preciso avançar nessas questões, bem  
77 como aprimorar a aplicação de recursos e promover o enquadramento dos rios. Raphael  
78 Fassy (Águas do Paraíba) manifestou voto contrário da Águas do Paraíba e argumentou que  
79 em 2016 já foi feito reajuste de 100% e também encaminhada proposta de reajuste anual  
80 de acordo com o IPCA. Aldefran Lacerda falou que sente falta de planejamento em nosso  
81 país e que decisões como essa não podem ser tomadas de qualquer forma. Destacou que  
82 esse reajuste impactará o setor de abastecimento de água e que chegará também ao  
83 consumidor final, perdurando por alguns anos. João Gomes pediu para o Luiz Mário e o  
84 Lacerda considerarem seus argumentos. Pediu que lembrassem do estudo realizado, que  
85 identificou como justo um reajuste maior do que aquele praticado no ano de 2016. Falou  
86 da importância de considerar a necessidade do trabalho do Comitê e do grande impacto  
87 sofrido após a Lei Federal aprovada este ano. Vicente Oliveira perguntou em qual fase está  
88 o Projeto de Lei (PL) que propõe alterar a obrigatoriedade dos 70%. Juliana explicou que  
89 não está na pauta da ALERJ. Vicente falou que o momento não é muito apropriado, mas  
90 que a água não é um dos grandes custos da indústria. Disse que, tendo em vista o  
91 momento, seria melhor somar esforços no sentido de mobilizar a aprovação do PL citado.  
92 Luiz Mário falou que já lutou muito pelo Comitê e pediu ponderação para aguardar outras  
93 frentes que podem auxiliar nesse sentido. Carlos Ronald (Prefeitura Municipal de Campos  
94 dos Goytacazes) destacou a importância do debate, que se deu de forma democrática.



95 Colocou em votação a Resolução com a proposta de reajuste de 25%. Primeiro votaram a  
96 favor seis membros e seis contra. Foi aprovada nova rodada de votação e votaram a favor 7  
97 instituições membros: UENF, Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, ECOANZOL,  
98 Pousada Rancho Ouro Negro, Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana, Prefeitura  
99 Municipal de Miracema e IFF. Votaram contra a proposta 7 instituições membros: ROTARY,  
100 FIRJAN, Prefeitura Municipal de Cardoso Moreira, Águas do Paraíba, COPAPA, Prefeitura de  
101 Municipal de Quissamã e Prefeitura Municipal de Carapebus. Se abstiveram 2 membros:  
102 INEA e Redec Norte DC. Maria de Lourdes (Carapebus) sugeriu uma alteração para que a  
103 cobrança fosse aprimorada para aumentar arrecadação. João Gomes, enquanto Diretor  
104 Presidente do CBHBPSI, exerceu o voto de qualidade, previsto no art. 15, §3º do Regimento  
105 Interno do Comitê e desempatou a votação, votando pela aprovação da Resolução. Por fim  
106 a Resolução com proposta de reajuste no PPU foi aprovada. **Item 6 – Apresentação dos**  
107 **resultados do Congresso Estadual de Prevenção dos Efeitos da Estiagem – Norte e**  
108 **Noroeste/RJ:** Vicente falou sobre o Congresso Estadual de Prevenção dos Efeitos da  
109 Estiagem no Norte e Noroeste Fluminense organizado pelo CBH BPSI e realizado nos dias 19  
110 e 20 de setembro de 2018, na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro  
111 (UENF), em Campos dos Goytacazes/RJ, destacou a importância do mesmo. Sugeriu criar  
112 um Grupo de Trabalho (GT) de Defesa Civil e reativar os trabalhos que eram desenvolvidos  
113 na antiga Câmara Técnica de Defesa Civil (CTDC). **Item 7 – Informes:** Carlos Ronald destacou  
114 a reunião do Grupo de Trabalho de Nascentes (GTN), agendada para o dia 03/10, na sede  
115 do Comitê. Juarez Noé pediu maior atenção para o GTN e falou que o Comitê não pode ficar  
116 discutindo apenas questões de comportas da baixada campista. Carlos Ronald falou que o  
117 GTN esbarrou em algumas linhas de estratégias que foram adotadas. Disse que tentou apoios  
118 de outras instituições e que nem sempre obteve sucesso enquanto coordenador do grupo.  
119 Ronald falou que as ações serão retomadas, buscando interlocução com a EMATER e o  
120 Programa Rio Rural. Evaldo Gonçalves falou que o Comitê pode buscar os COGEM (Comitê  
121 Gestor da Microbacia). Falou que é preciso definir estratégias para definição dos corpos  
122 hídricos com maior potencial de contribuição em volume para a Bacia. João agradeça de  
123 todos. **Item 8 – Encerramento:** A Reunião foi encerrada às 17h25. A presente ATA foi  
124 lavrada por Amaro Sales Pinto Neto, Especialista Administrativo da AGEVAP, e depois de  
125 aprovada será assinada pelos membros da Diretoria Colegiada do Comitê de Bacia  
126 Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul.

127

128

129

130

131

---

132 João Gomes de Siqueira (UENF)

133 Diretor Presidente

134

135

136

---

137 Carlos Ronald Macabu Arêas (P. M. de Campos dos Goytacazes)

138 Diretor Secretário

139